



CONTRATO N.º/.....
PAD Nº 014220/2021

Minuta do Contrato
Anexo V

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, que entre si fazem o TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e a
empresa

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos nº 10.024/19 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º/2022, regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, PAD n.º 014220/2021, e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º, com sede em, sito na Rua, e-mail:, telefone(s):....., neste ato representada pelo(a) Sr(a)., CPF n.º ***.....**, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Contratação de serviços de telecomunicações para prover a comunicação de dados entre o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE-PR, localizado na capital do estado, e os seus respectivos Cartórios Eleitorais, localizados em 157 (cento e cinquenta e sete) municípios do Paraná, serviço denominado “Backbone Secundário”, incluindo: fornecimento de enlaces de comunicação, fornecimento dos insumos necessários para o funcionamento correto destes enlaces, e serviço de implantação, operação, manutenção e gerência destes enlaces.

1.2 – A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 – De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de Empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO (ACEITAÇÃO) DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

2.2 – Local de Entrega ou execução dos serviços: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE-PR, localizado na **capital** do estado, e os seus respectivos Cartórios Eleitorais, localizados em 157 (cento e cinquenta e sete) **municípios** do Paraná

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1 – As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estão discriminadas no Termo de Referência - anexo I.

3.2 – Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente contrato vigorará pelo período de 60 (sessenta) meses, a partir da data da assinatura, podendo ser rescindido nos termos da Lei nº 8666/93.

4.2 – O prazo de execução dos serviços, de acordo com **Cronograma de Eventos**, consta do Termo de Referência, Anexo I.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 – A despesa com o presente instrumento correrá a conta do Programa de Trabalho 02122003320GP0041;

Elemento de despesa: 33.90.40.13;

Nota(s) de Empenho:, de .../.../.....;

Categoria econômica: Custeio.

Código SIASG: 26450

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 – O valor total da contratação é de R\$ (.....), de acordo com o **cronograma de eventos** e proposta detalhada, os quais fazem parte integrante deste contrato.

DEMONSTRATIVO DE VALORES	
A = VALOR TOTAL INSTALAÇÃO:	
B = VALOR TOTAL MENSAL:	
C = VALOR ANUAL (12 X B)	
D = VALOR TOTAL OFERTADO PARA O PERÍODO DA CONTRATAÇÃO [A + (5 X C)] = 60 meses:	

6.1.1 – O pagamento dos valores referentes à instalação (VALOR INSTALAÇÃO) de cada enlace implantado será efetuado em documento fiscal específico para cobrança de instalações, ou junto ao documento fiscal de serviços continuados, no mês subsequente à aceitação da implantação por parte do Contratante. Obs.: não deverão ser emitidos documentos fiscais individuais para cada enlace implantado. Os valores de instalação dos enlaces implantados em determinado período deverão ser agregados ao respectivo documento fiscal (específico ou dos serviços continuados) do mês subsequente.

6.1.2 – O pagamento dos serviços a serem prestados durante o prazo contratual (VALOR MENSAL) será feito em parcelas mensais, devendo ser acordado entre as partes o período de faturamento e a data de vencimento mensal.

6.2 – Desconto a ser aplicado pelo não cumprimento do IMR (Instrumento de Medição de Resultados) contratado para conexões TRE e conexões dedicadas

6.2.1 – O pagamento mensal será adequado aos resultados obtidos na execução do serviço, com base no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelecido nas Subcláusulas 2.3.1.2.3 e 2.3.1.3.3.3 do Termo de Referência – Anexo I, nos termos a seguir especificados:

6.2.1.1 – O IMR não estará cumprido caso o somatório de tempos de parada do respectivo enlace do Backbone Secundário exceda o tempo permitido de parada $T_{\text{permparada}}$, que é obtido por:

A) Conexões TRE:

$$T_{\text{permparada_con_TRE}} = T_{\text{total_disp_con_TRE}} \times (1 - 0,997)$$

Onde:

- $T_{\text{total_disp_con_TRE}}$ = tempo total possível de disponibilidade de uma conexão TRE no respectivo mês
- 0,997 equivale ao IMR de 99,7%

B) Conexões Dedicadas:

$$T_{\text{permparada_con_ded}} = T_{\text{total_disp_con_ded}} \times (1 - 0,991)$$

Onde:

- $T_{\text{total_disp_con_ded}}$ = tempo total possível de disponibilidade de uma conexão dedicada no respectivo mês
- 0,991 equivale ao IMR de 99,1%

6.2.1.2 – Em caso de não cumprimento do IMR (Instrumento de Medição de Resultados) contratado, a licitante contratada se obrigará a conceder um desconto na parcela subsequente (do mês seguinte) de pagamento mensal, observando a seguinte regra:

A) Conexões TRE:

Desconto no mês seguinte =

$$(V_{\text{men_con_TRE}} / T_{\text{total_disp_con_TRE}}) \times$$

$$(2 \times (\Sigma \text{PNF} - T_{\text{permparada_con_TRE}}))$$

Onde:

- $V_{\text{men_con_TRE}}$ = Valor mensal pago pela respectiva conexão TRE
- $T_{\text{total_disp_con_TRE}}$ = tempo total possível de disponibilidade de uma conexão TRE no respectivo mês
- ΣPNF = somatório dos PNF (“período de não funcionamento da conexão”) em minutos

- **Tpermparada_con_TRE** = tempo de parada permitido de acordo com o IMR contratado

B) Conexões Dedicadas:

Desconto no mês seguinte =

(Vmen_con_ded_PERFIL_X / Ttotal_disp_con_ded) x

(2 x (Σ PNF – Tpermparada_con_ded))

Onde:

- **Vmen_con_ded_PERFIL_X** = Valor mensal pago pela respectiva conexão dedicada
- **Ttotal_disp_con_ded** = tempo total possível de disponibilidade de uma conexão dedicada no respectivo mês
- **Σ PNF** = somatório dos PNF (“período de não funcionamento da conexão”) em minutos
- **Tpermparada_con_ded** = tempo de parada permitido de acordo com o IMR contratado

6.2.1.3 – Ou seja, o desconto na parcela subsequente será proporcional a 2 (duas) vezes o somatório dos PNF, descontado o tempo de parada permitido de acordo com o IMR contratado.

Obs. 1: o PNF – Período de não funcionamento da conexão é o tempo decorrido entre a “abertura de chamado técnico” e a solução do problema, atestada pela equipe técnica da Justiça Eleitoral.

Obs. 2: serão excluídas dos cálculos de PNF as paradas programadas pela equipe técnica da Justiça Eleitoral em conjunto com a licitante contratada, bem como as interrupções por motivos de caso fortuito ou de força maior, cabendo, nestes casos, à contratada o ônus da prova (conforme resolução nº 272/2001 da ANATEL).

6.3 – Do documento Fiscal:

6.3.1 – A nota fiscal, se emitida na forma eletrônica, nos termos da legislação vigente, deverá ser encaminhada ao gestor do contrato do TRE/PR, em formato PDF. Se for emitida na forma física, deverá ser encaminhada à Seção de Protocolo, na sede do TRE/PR, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, CEP: 80.220-902, Curitiba/PR.

6.3.1.1 – Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- CNPJ da CONTRATADA;
- CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e total;
- Número do contrato;
- Número do banco, agência e conta-corrente para depósito. A conta-corrente obrigatoriamente deverá ser da própria CONTRATADA.

6.3.1.2 – Também, havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

6.4 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

6.4.1 – DA CORREÇÃO MONETÁRIA: Na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR,

entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

6.5 – Da regularidade fiscal:

6.5.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

6.5.2 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

6.5.2.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

6.5.3 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

6.5.3.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

6.6 – O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 – Nos termos da Lei nº 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no **Termo de Referência - Anexo I**, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTAMENTO

8.1 – Os preços cotados serão fixos e irrevogáveis nos primeiros 12 (doze) meses. Somente após esse período os serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, momento no qual, será apreciada a possibilidade da aplicação do índice setorial IST ou outro divulgado pela ANATEL, no período entre o mês básico da apresentação da proposta e o mês anterior ao reajuste, compreendendo sempre o período de 12 meses, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = \frac{IMR}{IMM} \times PA, \text{ onde:}$$

PR = Preço reajustado

IMR = Índice do IST ou outro divulgado pela ANATEL do mês anterior ao reajuste

IMM = Índice do IST ou outro divulgado pela ANATEL do mês de apresentação da proposta

PA = Preço anteriormente praticado

8.2 – Compete à contratada a iniciativa de pedido de reajustamento contratual, o qual deve obrigatoriamente estar acompanhado de planilha de custos que demonstre a efetiva variação dos seus custos ocorrida no período do reajuste proposto.

CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA

9.1 – Para cumprimento das obrigações, será apresentada pela Contratada, impreterivelmente, em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura deste contrato, garantia contratual sob custódia do TRE/PR, no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor do Contrato, no valor de R\$ (.....), **com vigência até o término do contrato**, em conformidade com o art. 56, §2º da Lei nº 8.666/93, cabendo à contratada optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

II - Seguro garantia.

III - Fiança bancária.

9.1.1 – O Seguro garantia ou fiança bancária (neste caso, não será aceita carta fiança), **emitidos por banco oficial**, deverá ter número, nome do banco emissor, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

9.1.2 – A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia com vista ao cumprimento do prazo estabelecido no item 9.1, sendo que, uma vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Contrato.

9.1.3 – A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de EXECUÇÃO CONTRATUAL, sendo que, deverão estar de forma expressa na apólice a previsão desta cobertura, sob pena de recusa por este Tribunal.

9.1.4 – As garantias estabelecidas no item 9.1 deverão ser emitidas em real, apresentar validade de até o término do contrato, permitindo assim que a Administração conclua todas as verificações necessárias quanto ao fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais.

9.1.4.1 – A devolução da garantia fica condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais.

9.2 – No caso de o contrato ser prorrogado ou acrescido, a empresa deverá prorrogar ou acrescer a garantia, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período a critério do contratante, após solicitação pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – Pela inexecução total ou parcial a CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8666/93 e art. 7º, da Lei nº 10.520/2002, a serem aplicadas pela autoridade competente do CONTRATANTE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito

à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos, porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

10.2 – No caso de a CONTRATADA falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

10.3 – As sanções de advertência, bem como de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública (Lei nº 10.520/2002), poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as multas convencionais e de mora, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

10.4 – Caso a CONTRATADA não inicie a execução dos serviços quando convocada e nas condições avançadas, ficará sujeita à multa de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 15 (quinze) dias. Após o 15º (décimo quinto) dia os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e neste instrumento contratual.

10.5 – A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

10.6 – Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e na ocorrência de inexecução parcial de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, reconhecendo, desde já, a CONTRATADA os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10.7 – As multas de mora e convencional por inexecução parcial, quando aplicadas concomitantemente, não ultrapassarão o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato celebrado.

10.8 – Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação, quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.9 – As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.10 – A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.11 - A CONTRATADA, durante a execução do contrato, ficará sujeita a advertência e multa de mora, variável de acordo com a gravidade dos casos a seguir:

10.11.1 - Para efeito de aplicação de multa, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

¹ Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

TABELA 1:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	Multa de 0,05% por dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor global do contrato.
2	Multa de 0,1% por dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor global do contrato.

TABELA 2:

ID	EVENTO	GRAU
1	Atraso maior que 2 (dois) dias na entrega de qualquer serviço constante do 1º Grupo, considerando o cronograma de eventos deste documento	1
2	Atraso maior que 2 (dois) dias na entrega de qualquer serviço constante do 2º Grupo, considerando o cronograma de eventos deste documento	1
3	Atraso maior que 2 (dois) dias na conclusão da Aceitação Global, considerando o prazo definido no cronograma de eventos deste documento	1
4	Atraso maior que 2 (dois) dias na conclusão do PFE, consideradas as exigências especificadas para cumprimento deste Período de Funcionamento Experimental neste documento	1
5	Problemas de não funcionamento de uma conexão TRE	2
6	Problemas de não funcionamento de todas as conexões TREs, no caso de utilização de “trunking”.	2
7	Problemas de não funcionamento de uma conexão dedicada	2
8	Não prestação do Serviço de Manutenção de acordo com as características especificadas neste documento	2
9	Não atendimento ao IMR contratado durante 3 (três) meses seguidos (em qualquer tempo) para qualquer dos enlaces (conexões TREs e conexões dedicadas)	2
10	Não atendimento ao IMR contratado durante 2 períodos de 2 (dois) meses seguidos em um ano (contagem de cada ano a partir da Aceitação Global) para qualquer dos enlaces (conexões TREs e conexões dedicadas)	2
11	Não atendimento ao IMR contratado durante 4 períodos de 1 (um) mês em um ano (contagem de cada ano a partir da Aceitação Global) para qualquer dos enlaces (conexões TREs e conexões dedicadas)	2

10.12 – Observações importantes:

a) A verificação do cumprimento dos prazos de fornecimento dos produtos e serviços que compõem o Backbone Secundário, para efeito de aplicação das penalidades previstas, será feita tomando-se por base o Cronograma de Eventos definido neste contrato e no Termo de Referência – Anexo I;

b) A verificação do cumprimento do IMR definido neste contrato e no Termo de Referência – Anexo I será feita com base nos chamados de manutenção registrados junto ao SGRS fornecido e com base

nos registros de ocorrências efetuados pelo Contratante. Deve ser considerado que:

b.1) O PNF – Período de Não Funcionamento do Enlace será computado em minutos a partir da “abertura do chamado de manutenção” feito pelo “0800” da licitante contratada;

b.2) O término do PNF será computado a partir do aceite da manutenção (fechamento do chamado) obrigatoriamente feito por um técnico do local responsável pela abertura do chamado, sendo necessária a identificação deste técnico responsável pelo fechamento do chamado;

b.3) O somatório de PNF em minutos (“períodos de não funcionamento do enlace”) será o tempo considerado como base para avaliar o cumprimento do IMR, e será tomado como base para a aplicação de todas as penalidades previstas neste documento devido ao não cumprimento deste requisito;

c) O não atendimento do IMR, e consequente redução do valor a ser faturado, não inibe a aplicação das penalidades previstas em contrato;

d) O não cumprimento de qualquer exigência definida neste contrato e no Termo de Referência - Anexo I que implique em aplicação de penalidades, será notificado à licitante contratada por meio de mensagem emitida pelo Gestor do Contrato designado pelo Contratante, com cópia para a Secretaria de Tecnologia da Informação/TRE-PR, Secretaria de Administração/TRE-PR e Diretoria da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 – Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

11.1.1 – Poderá também ser causa de rescisão contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 – Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

13.2 – E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital, para um só efeito legal.

Curitiba,de de 202..... .

.....
Representante Legal

Dr. Valcir Mombach
Diretor - Geral - TRE/PR

P/Contratada

P/Contratante

Scon: Verificar item 10.1 do edital (necessidade de comprovação de constituição e registro de consórcio antes da assinatura do contrato (se a empresa vencedora for consorciada) , anexar Termo de Referência – Anexo I / Termo de Sigilo e Responsabilidade – Anexo IV / Proposta Detalhada – Anexo II